

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 03.05.2020

Local: reunião online

Presenças: Juiz **Adriano Santos Wilhelms**;

Juíza **Luciana Bohm Stahnke**, representante da AMATRA IV;

Servidora **Maria Augusta Kinnemann**, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas;

Servidora **Fabiana da Silva Perdomo**, Coordenadora de Saúde;

Servidora **Caroline May Schmitt**; representante da Seção de Atendimento à Saúde dos Usuários;

Servidor **Rodrigo dos Santos**, com formação na área de Segurança do Trabalho;

Convidada: Servidora **Gabriela Balbinot**; Assessora-Chefe da AGE.

Secretária: Taís Nunes de Albuquerque (AGE)

Horário: 16h – 17h20min

Pauta:

1. Formalização do estabelecimento de metas nos termos do art. 10 da Resolução CNJ nº 230/2016 e do art. 2º, VII, da Portaria TRT4 4.548/2019, direcionadas à promoção da acessibilidade para PcDs;
2. PROAD 2462/2020;
3. Avaliação dos relatórios CNJ e CSJT acerca de indicadores de saúde de magistrados e servidores;
4. Assuntos Gerais.

Aos cinco dias do mês de abril do ano de 2021, às 16h, ocorreu reunião ordinária online do Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde, Acessibilidade e Inclusão, contando com as presenças acima nominadas. Ausências da Desembargadora Laís Helena Jaeger Nicotti e da servidora Mara Rejane Weber. A reunião foi coordenada pelo Juiz Adriano dos Santos Wilhelms, conforme registro que segue: Item 1 da pauta - Em função da necessidade de estabelecimento de metas, nos termos do art. 10 da Resolução CNJ nº 230/2016 e do art. 2º, VII, da Portaria TRT4 nº 4.548/2019, direcionadas à promoção da acessibilidade para PcDs, **o Comitê aprovou as seguintes metas: “1. Adequar aos requisitos normativos de acessibilidade 6 (seis) edificações ocupadas por unidades judiciárias e/ou administrativas deste TRT4, por ano.” e; “2. Acompanhar, anualmente, por meio de entrevistas, 100% das PcDs, visando apurar necessidades individuais relativas às suas deficiências.** Item 2 da pauta - PROAD

2462/2020: Item 1.13 Promover iniciativas institucionais de inclusão social e contra o preconceito em relação às pessoas com deficiência (servidor e público em geral), por meio de confecção de camisetas, adesivos, cartazes, folders, entre outros, além de produção de manual e cartilha explicando como melhor recepcionar a PcD e aproveitar o máximo de suas potencialidades: - O Comitê deliberou que atuará conjuntamente com o Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade, e que designará reunião para a qual serão convidados os magistrados e servidores PcDs, no intuito de serem apuradas suas sugestões para elaboração de campanha de conscientização, bem como para formação de grupo de PcDs que subsidiará a elaboração de manual/cartilha, com a participação da SECOM. Restou sugerido que a reunião seja agendada para algum dia no mês de junho no final da tarde. Gabriela sugeriu, ainda, a realização de campanhas de sensibilização para que todos os PCDs participem da reunião. Todos os integrantes concordaram com a proposição. Item 3 da pauta - Análise dos Indicadores de Saúde para fins de definição de ações voltadas à saúde - Indicadores de saúde relativos a 2020, informados aos CNJ e CSJT - Primeiramente, o Comitê decidiu não considerar os dados do de 2020 para fins de planejamento de ações, uma vez que foi um atípico em razão da pandemia provocada pela Covid-19, e atentar aos indicadores de saúde do triênio anterior 2017-2019. Maria Augusta destacou que, analisando os dados comparados no triênio 2017-2019, foi constatado que, em relação aos códigos CID 10 com maior número de ocorrências, excetuando aqueles relacionados a exames e investigação, destacam-se os códigos da letra J - gripe, pneumonia, bronquite e laringite, dentre outras doenças, e nesse aspecto propõe que, a partir da atuação da Coordenadoria de Saúde em parceria com a SECOM, seja elaborada campanha de incentivo à vacinação contra a gripe. Ressaltou que, dentre os demais CIDs que apresentaram aumento, os que também merecem atenção do Comitê, por serem passíveis de adoção de ações preventivas efetivas (campanhas), são os da letra E, que tratam de diabetes, deficiências de vitaminas, obesidade e distúrbios do metabolismo, entre outras doenças. Sugeriu, nesse sentido, que o Comitê promova ação para medição de glicemia de servidores e magistrados pela equipe de enfermagem da Coordenadoria de Saúde, bem como a realização de testagem de colesterol total, glicemia, e aferição da pressão arterial, e lançamento de campanhas educativas sobre alimentação saudável, por exemplo.. Saliou também que foi constatada alta incidência de doenças da letra L, que trata de problemas com a pele, dermatite, psoríase, acne, entre outras. Fabiana referiu que o PCMSO está em elaboração, e que entende que o Comitê poderia fomentar a realização dos exames periódicos pelos servidores e magistrados.. Juiz Adriano concordou com a proposição da Fabiana e sugeriu que o Comitê se empenhe na criação da cultura da realização de avaliações médicas de rotina ("check up"), sendo interessante a criação do dia regional de

“check up”, para conscientizar as pessoas da importância de uma revisão anual de saúde. Propôs que a ação seja promovida no mês de agosto, haja vista que no dia 05 de agosto é celebrado o Dia Nacional da Saúde. Maria Augusta sugeriu que no mês de abril, já que no dia 07 deste mês é o Dia Mundial da Saúde, sejam realizadas as campanhas das medições antes referidas (glicemia, colesterol e pressão arterial) pela equipe de enfermagem do Tribunal, com colaboração da SECOM. Sugeriu, ainda, que seja agendada reunião do Comitê com a SECOM. O Comitê deliberou por solicitar à SECOM a elaboração de campanha para incentivo à adesão ao PCMSO. Fabiana destacou que o Comitê deve definir quais as ações serão realizadas para que a Coordenadoria de Saúde possa elaborar o material, que após cancelado pelos médicos do Tribunal, será repassado à SECOM para divulgação. Pontuou também que as campanhas de medição mencionadas por Maria Augusta terão custo e precisam ser referendadas pela Presidência do Tribunal. O Comitê, à unanimidade, aprovou as proposições apresentadas por Maria Augusta, Fabiana e Juiz Adriano. Item 4: Assuntos Gerais - Juiz Adriano e Maria Augusta propuseram a realização de roda de conversa anual com todos PCDs, preferencialmente em 21 de setembro, em que se comemora o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, o que restou aprovado pelo Comitê. Reunião encerrada às 17h20min. Próxima reunião agendada para 07.06.2021, às 16h. Ata redigida pela servidora Taís Nunes de Albuquerque, Assistente da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, e enviada aos presentes para validação por meio eletrônico.